Breve histórico da Biblioteca Nacional

César Lotufo* e Alfredo Claussen Neto**

Brief historic about National Bibliotech

Breve histórico acerca de la Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, é reconhecida mundialmente- a maior da América latina e uma das oito maiores do mundo-, como um centro de referência e documentação sobre o conhecimento global por inteiro, na perspectiva da diversidade geográfica e da trajetória histórica da humanidade.

Conhecer este monumento-patrimônio cultural é participar da reconstrução da memória social do Brasil, e, sem medo de sermos pretensiosos, da produção bibliográfica e iconográfica dos povos.

Introdução

O ano de 1808 marca o início de um grande desenvolvimento cultural e intelectual brasileiro. A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 7 de março daquele ano, promove uma verdadeira revolução de hábitos e costumes, até então desconhecidos na América portuguesa.

O temor de uma invasão de Portugal, por parte de exércitos estrangeiros, levou o Marquês de Pombal - face ao risco de uma invasão espanhola-, a idealizar em 1761, um projeto de transferir para o Brasil a sede do governo português. Com a inevitável invasão napoleônica iniciada em 1807, o então Príncipe-regente D.João acabou levando à tona esta idéia, tornando-se o primeiro monarca europeu a pisar no Novo Mundo.

Mesmo às pressas, o Estado português conseguiu reunir e embarcar para o Brasil aproximadamente quinze mil pessoas - a maioria integrantes da nobreza -, além de jóias, quadros, móveis e pratarias. Metade do ouro circulante em Portugal - quase todo oriundo das Minas Gerais - retornou ao Brasil.

* César Lotufo, arqueólogo. Especialista em Didática do Ensino Superior, Mestre em Geociências e doutorado (incompleto) em Antropologia da Informação. Leciona na Universidade Estácio de Sá desde 1986 trabalhando atualmente nos cursos de Arqueologia: Administração, Direito, Letras e Psicologia. Possui livros publicados no Brasil e artigos científicos em Portugal e no Brasil.

** Alfredo Claussen Neto, arqueólogo. Especialista em Perícia Ambiental e mestrado (incompleto) em Ecologia Humana. Leciona na Universidade Estácio de Sá desde 1998 trabalhando atualmente nos cursos de Arqueologia, Educação Física, Fisioterapia, Psicologia, Gestão em R.H. (Politécnico). Possui livro publicado no Brasil e artigos científicos, também no Brasil.

Com a corte instalada na então precária e pequena capital, D.João preocupou-se em reproduzir, em terras cariocas, a atmosfera artística e intelectual com a qual estava habituado em Lisboa.

Para isto foram tomadas iniciativas que beneficiaram definitivamente toda a sociedade brasileira. A abertura dos portos, a instalação das primeiras instituições de ensino superior em território nacional, a imprensa régia e a vinda da missão artística francesa, constituíram-se em marcos deste processo renovador das bases da cultura e da intelectualidade brasileira.

Outra iniciativa importantíssima foi a criação da Real Biblioteca, atual Biblioteca Nacional. O surgimento desta instituição veio suprir a carência de informações e de conhecimento que existia na então colônia, conforme o relato feito em 1792, por John Barrow, diplomata inglês em passagem pelo Rio de Janeiro: *"... Ao chegar numa cidade, o viajante curioso que deseja conhecer melhor o lugar pede sempre que lhe indiquem uma livraria...."* (França, 1999)

Concluindo

"...No Rio de Janeiro, após ter muito procurado, encontramos duas lojas de livros. Não foi preciso muito tempo para perceber que essa casa não tinham nada de parecido com aquilo que procurávamos. Os catálogos dessas obras compunham-se basicamente de velhos manuais de medicina e de alquimia, além de muitas histórias da Igreja e de suas querelas teológicas e de algumas crônicas dos feitos da Casa de Bragança" (França, 1999).

De acordo com Villalta (1998) a limitada circulação de livros impressos e manuscritos até o início do séc.XIX, assim como as poucas bibliotecas privadas, concentravam-se entre um número reduzido de pessoas, integrantes da pequena elite intelectual e econômica brasileira.

Tal fato relata a política portuguesa de censura e proibição da impressão e circulação de livros no Brasil, numa tentativa de impedir o avanço dos ideais liberais do Iluminismo que pairavam sobre a Europa e América do Norte. (Costella, 1970).

Viajando pela história da Biblioteca Nacional

Boa parte das aproximadamente sessenta mil peças entre livros, manuscritos, gravuras, moedas e medalhas que compunham a Real Biblioteca portuguesa, foi embarcada de Lisboa para o Rio de Janeiro, chegando aqui em três diferentes momentos; a primeira leva em 1810 e as outras duas no ano seguinte.

O local escolhido para abrigar o valioso acervo, foi o segundo andar do prédio onde funcionava o hospital da ordem terceira do Carmo, na atual rua do Carmo, próximo ao Paço Imperial, no centro do Rio de Janeiro. (Schwarcz, 2004).

A data oficial de sua inauguração é 29 de outubro de 1810. No entanto, inicialmente a biblioteca não era aberta à visitação pública, e somente com autorização régia podia ser consultada. Mas,

em um país onde livros eram raros, a Biblioteca Real logo tornou-se uma referência para estudiosos de várias áreas de conhecimento.

Como o local inicial era pequeno e inadequado para comportar a grande coleção, ainda em 1810, D. João ordenou que a mesma fosse transferida para o lugar que havia servido de catacumbas à Ordem do Carmo. Para isto foi realizada uma obra no local, que incluiu um passadiço entre a Capela Real e o Paço Imperial, facilitando assim o acesso da família real até a coleção. Em 1814, após a organização do acervo, a biblioteca finalmente foi aberta ao público.

Ao retornar a Portugal, já livre das tropas napoleônicas, a família real portuguesa deixou que aqui permanecesse quase a totalidade do acervo da então Biblioteca Imperial e Pública da corte. Após o processo de independência, foi assinado em agosto de 1825, o tratado de aliança entre Brasil e Portugal, onde ficou acertada a compra, pelo Brasil, do acervo pela quantia de oitocentos mil réis.

Ao longo do séc. XIX a coleção foi sendo ampliada através de várias aquisições e doações, como a de D. Pedro II que ofereceu cinqüenta mil volumes de sua coleção particular para a biblioteca. Isto forçou a mudança do acervo, em 1858, para um novo prédio, maior, com três andares, localizado no Largo da Lapa, onde atualmente funciona a Escola de Música da UFRJ.

Mesmo com esta mudança, tornava-se evidente a necessidade de um lugar mais apropriado para abrigar a produção documental e iconográfica da memória nacional na perspectiva de uma modernidade em curso. Neste sentido o cronista e historiador Moreira de Azevedo, na segunda metade do séc. XIX, preconizava:

"...Já dissemos que se deve esculpir no rosto dos monumentos a idéia que eles exprimem. Mas entre nós não se procede assim. Transforma-se uma simples casa em palácio de biblioteca nacional, procedimento que prova menosprezo pelas letras e pelas artes..."

Concluindo

"...Se a biblioteca fosse para o centro, despertaria no público, algo até então não desenvolvido no povo brasileiro, o gosto pela leitura"

A nova biblioteca

Com a Proclamação da República, totalmente influenciada pelos ideais do Positivismo europeu, que promovia de forma etnocêntrica o conceito de "civilização", a elite brasileira preocupava-se com seu próprio enquadramento face à onda de modernidade que atingia todo o mundo ocidentalizado.

Ao imaginar um novo país, progressista e europeizado, os republicanos brasileiros idealizaram e realizaram várias transformações, entre elas uma total reformulação no centro da capital, representada pela construção da av. Central, atual av. Rio Branco, nos moldes das principais avenidas de Paris, cidade ícone da "civilidade".

Nesta avenida foi construído o prédio que passou a abrigar a então Biblioteca Nacional. Projetada pelo militar e engenheiro Sousa Aguiar, a obra foi iniciada em 1905 durante o governo de Rodrigues Alves, sendo concluída em 1910, no governo de Nilo Peçanha. Seu estilo abriga duas correntes arquitetônicas da época, o Neoclássico e o Art-nouveau, características que também são encontradas nos prédios vizinhos que abrigam o Museu Nacional de Belas-Artes e o Teatro Municipal, formando juntos um patrimônio de valor e beleza inestimáveis, típicos da "Belle Époque" brasileira.

Conclusão

A Biblioteca Nacional, transformada em fundação desde 1990, atualmente é vinculada ao Ministério da Cultura, sendo responsável por inúmeros serviços e atividades fundamentais para a salvaguarda, preservação, conservação e divulgação do patrimônio histórico-artístico-cultural-intelectual do povo brasileiro.

Precisamos conhecer a nossa Biblioteca Nacional, depositária de uma memória social documentada, igualada por poucas instituições, localizadas em outros continentes.

Este lugar de memória, tão representativo da história do povo brasileiro, integra o contexto do patrimônio cultural nacional, e merece um lugar de destaque de nossa sociedade. Conservá-lo é preservar nossa história e produção cultural do furioso ataque da globalização, no sentido de resistência ao conformismo gerado pelos esquemas de homogeneidade cultural, que impõem padrões de comportamento, ao mesmo tempo que promovem o dilapidar da diversidade cultural e lingüística dos povos.

Ao completar 195 anos, esta instituição vem-se modernizando, acompanhando todo o processo de inovações tecnológicas da informação, tornando-se assim símbolo de eficiência e motivo de orgulho para toda sociedade brasileira.

Bibliografia

- ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: ed. Ao Livro Didático, 1985.
AZEVEDO, Moreira de **O Rio de Janeiro**: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965, 2v.
COSTELLA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.
FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**: Antologia de textos-1531 – 1800. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
SCHWARCZ, Lília M. **Por dentro da Biblioteca. Nossa história**. Rio de Janeiro 2005, pág.12 e 13. (CONFIRMAR)
VILLALTA, Luís Carlos. **O que se fala e o que se lê**: Língua, instrução e leitura in: SOUZA, Laura de Mello. org. **História da vida privada no Brasil**, v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Artigo enviado em 13/6/2004, aceito em 5/12/2004.